



## GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ: 31.925.548/0001-76 – ANS: 309222

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Cotistas: \* De acordo com as disposições legais, societárias e regulatórias, submetemos à apreciação dos sócios o conjunto das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2017, acompanhado do parecer dos Auditores Independentes. \* Em 2017, o Grupo Hospitalar do Rio Janeiro Ltda., empresa pertencente ao GRUPO ASSIM, auferiu receita com operações de assistência à saúde na ordem de R\$1,1 bilhão, e que representa um acréscimo de receita de 45,25% em relação a 2016. \* O lucro líquido auferido em 2017 foi de R\$32,3 milhões, totalmente incorporados ao Patrimônio Líquido a título de reserva de retenção de lucros. \* Ressaltamos que 100% das provisões técnicas exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), tais como: PEONA - R\$48,1 milhões, Ressarcimento ao SUS - R\$35,8 milhões, sendo apenas R\$15,2 milhões com exigência de garantia financeira, Remissão - R\$3 mil e Eventos a Liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais - R\$128,0 milhões estão cobertas e asseguradas por recursos aplicados de forma diversificada, no montante de R\$191,4 milhões. \* Iniciamos em 2015, os programas voltados à promoção de saúde e prevenção de riscos e doenças, tendo

sido desembolsado durante o ano de 2017 o valor de R\$1,5 milhão. Esse investimento proporcionará uma maior qualidade de vida aos beneficiários do Assim Saúde, bem como, acarretará uma redução no custo assistencial da Operadora. \* Apesar de a crise econômica ter afetado negativamente as operadoras de planos de saúde o Assim Saúde teve um crescimento expressivo de vendas e obteve excelente desempenho em seu segmento de atuação. O índice de reclamações encontra-se dentro dos níveis aceitáveis para o setor de saúde. Temos implementado medidas para melhorar o nosso desempenho e a satisfação dos clientes. Adotamos política de acompanhamento econômico-financeiro e aprimoramento dos controles internos com vistas a cumprir com todas as normas reguladoras da ANS especialmente quanto à saúde financeira e a manutenção dos recursos mínimos e constituição adequada das provisões técnicas. \* Agradecemos o apoio e confiança dos sócios durante o ano e, para 2018, nossas expectativas são positivas pelos resultados apresentados, experiências bem-sucedidas, bem como nossa perspectiva de muitos estudos e projetos que serão implementados este ano. RJ, 13/03/2018. A Administração.

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (Expressos em Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>400.436.863,43</b>	<b>295.015.752,15</b>
Disponível		8.551.251,78	1.590.815,87
Realizável		391.885.611,65	293.424.936,28
<b>Aplicações Financeiras</b>	4	<b>319.517.519,23</b>	<b>238.722.907,63</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		191.400.728,86	147.633.599,20
Aplicações Livres		128.116.790,37	91.089.308,43
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	5	<b>68.605.125,28</b>	<b>45.733.115,32</b>
Contraprestação Pecuniária a Receber		68.605.125,28	45.733.115,32
Bens e Títulos a Receber		3.130.199,06	8.454.496,64
Despesas Antecipadas		632.768,08	514.416,69
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>56.004.115,19</b>	<b>49.258.322,26</b>
Realizável a Longo Prazo		27.224.995,95	21.402.802,04
Titulos e Créditos a Receber		26.747,94	26.747,94
Depósitos Judiciais e Fiscais	6	26.966.898,31	21.098.427,14
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		231.349,70	277.626,96
Investimentos		26.470.300,00	26.120.300,00
Outros Investimentos		26.470.300,00	26.120.300,00
<b>Imobilizado</b>	7	<b>2.144.231,19</b>	<b>1.550.676,78</b>
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>		<b>2.068.333,98</b>	<b>1.441.033,97</b>
Não Hospitalares/Odontológicos		2.068.333,98	1.441.033,97
Outras Imobilizações		75.897,21	109.642,81
<b>Intangível</b>	8	<b>164.588,05</b>	<b>184.543,44</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>456.440.978,62</b>	<b>344.274.074,41</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Expressas em Reais)

1. **Contexto Operacional:** A sociedade empresarial, revestida na forma de sociedade limitada, gira sob a denominação social de Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda. e sob a denominação de fantasia de ASSIM SAÚDE, atuando como uma operadora de planos de saúde (OPS) negociados com a utilização de sua própria marca – "ASSIM SAÚDE". A sociedade tem por objetivo a cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecidos, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde pela faculdade do acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não da rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica hospitalar e/ou odontológica a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada mediante pagamento direto ao prestador por conta e ordem do consumidor. As operações das OPS estão sujeitas à normatização e fiscalização da Agência Nacional de Saúde (ANS).

2. **Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008, além da observância às normas emanadas pelo órgão regulador do sistema, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

3. **Resumo das Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado:** O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

• **Receitas:** As contraprestações emitidas de planos de assistência à saúde são contabilizadas com base nos contratos emitidos na modalidade de pré-pagamento na data da competência da cobertura dos planos;

• **Custo:** Os eventuais indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela sua rede credenciada, deduzidos dos valores referentes a recuperação destes custos pela análise médica.

**b) Aplicações Financeiras:** As aplicações em TVM são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo os seus valores de mercado.

**c) Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde:** São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efétivas de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A Provisão para Prêmios Não Ganhos - PPNG, leva em conta a parcela de prêmios/contraprestações não ganhas, relativa ao período de cobertura mensal do risco calculada "pro rata die", considerando para obtenção do período de vigência do risco a decorrer, a quantidade de dias compreendida entre o último dia do mês de cálculo e o último dia de cobertura mensal do risco.

**d) Provisão para Perdas sobre Crédito:** Esta constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias, dos créditos em aberto para os beneficiários pessoa física e 90 dias para as pessoas jurídicas e entidades governamentais.

**e) Imobilizado:** Está registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações, calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base nas taxas mencionadas na nota 7 ou pelo método linear, proporcionalmente aos prazos dos respectivos aluguéis dos imóveis de terceiros. Uma provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade do custo do bem ("impairment") é requerida quando os valores registrados na contabilidade são superiores à geração de caixa futura do referido bem. A Administração da Sociedade, com base em seu plano de negócios, avaliou que não há necessidade de constituição desta provisão.

O mesmo procedimento foi adotado na que se refere ao disposto no CPC7 e ICPC 10, com exceção da vedação à apuração inicial do valor justo por parte da ANS.

**f) Intangível:** Correspondem ao valor de Sistemas Operacionais.

**g) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias incorridas até a data do balanço, não excedendo os seus valores de mercado.

**h) Provisões Técnicas:** As provisões de risco para garantia de obrigações contratuais e de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) foram calculadas de acordo com as determinações da RN 393 de 09/12/15 da ANS e suas alterações posteriores. O cálculo dessa provisão foi efetuado por atuários independentes e enviado para o órgão regulador do segmento da saúde: ANS. A provisão para remissão foi constituída conforme disposto na RN acima citada.

**i) Eventos a Liquidar com Operações de Assistência à Saúde:** São registrados com base na metodologia de cobrança do ressarcimento ao SUS – Sistema Único de Saúde e as faturas de prestadores de serviços efetivamente recebidas pela operadora, deduzidos de adiantamentos feitos a estes prestadores de serviços e têm como contrapartida a conta de custo com eventos indenizáveis líquido, quando relativos a serviços de assistência prestados aos seus conveniados.

**j) Empréstimos Financiamentos:** Quando existem são demonstrados pelos seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos respectivos encargos ocorridos.

**k) IR e CSLL:** São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para IR é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 20 mil por mês e engloba a parcela correspondente aos incentivos fiscais. A contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme a legislação em vigor.

**l) Provisão para Contingências:** Com base na avaliação individual dos processos judiciais, tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos, a provisão para contingências está constituída para processos julgados de perda provável.

**m) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

**n) Estimativas:** No preparo das demonstrações contábeis o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações. Consequentemente, as demonstrações contábeis da Sociedade incluem várias estimativas referentes às vidas úteis de ativos imobilizados, avaliações de riscos em contingências, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados realizados podem ser diferentes destas estimativas.

**4. Aplicações Financeiras:** Correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha, em condições e taxas normais de mercado, compatíveis com cada tipo de aplicação, e estão availables a valor de mercado e representadas como segue:

**Descrição** 2017 2016

Fundos de Investimento – Dedicado ao Setor de Saúde Supl. ANS FI (a) - 104.441.867,46

Cotas de Fundos de Investimentos 78.088.787,01 43.191.731,74

Titulos da Dívida Pública Interna 113.311.941,85

**Total das Aplicações Garantidoras** 191.400.728,86 147.633.599,20

Cotas de Fundos de Investimentos 85.496.238,04 59.574.181,09

CDB's Certificados de Depósitos Bancários 40.723.954,62 31.315.127,34

Outros Títulos de Renda Fixa 1.896.597,71 200.000,00

**Total das Aplicações Livres** 128.116.790,37 91.089.308,40

**Total das Aplicações** 319.517.519,23 238.722.907,63

(a) AANS, instituído pela RN 209 de 22/12/09, com efeitos a partir do exercício de 2010, que as operadoras de planos de saúde, devem manter ativos garantidores suficientes para lastrear as provisões técnicas. A Administração da Sociedade optou por manter esses ativos garantidores alocações em Título Público e Fundo de Investimento custodiado na CETIP específico às regras da ANS, conforme RN.

**5. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde:** Referem-se às contraprestações emitidas, deduzidas dos respectivos faturamentos antecipados e da provisão para crédito de liquidação duvidosa, como segue:

**Descrição** 2017 2016

Contraprestação Pecuniária a Receber de Assistência Médica Hospitalar 68.489.500,12 45.660.349,34

Faturas a Receber 60.466.420,81 39.220.182,50

Mensalidades a Receber 20.178.287,58 9.479.767,39

(-) Provisão de Perdas Sobre Crédito (12.155.208,27) (3.039.600,55)

**Total das Aplicações** 115.625,16 72.765,98

Contraprestação Pecuniária a Receber de Assistência Odontológica 115.625,16 72.765,98

**Total das Contraprestações** 68.605.125,28 45.733.115,32

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ELABORADA EM 31/12/2017 E 31/12/2016 (Expressas em Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	1.120.039.129,54	<b>772.423.118,81</b>	
Receita com Operações de Assistência à Saúde	1.167.350.461,64	803.670.487,88	
Contraprestações Líquidas	14.167.321.001,17	803.601.856,00	
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	29.460,47	68.631,88	
(-) Tributos Diretos de Operações com Pl. de Assistência à Saúde da Operadora	15. (47.311.332,10)	(31.247.369,07)	
Eventos Indenizáveis Líquidos	16. (852.339.121,13)	(575.719.732,20)	
Eventos Conhecidos ou Avisados	(841.674.022,38)	(604.052.267,07)	
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(10.665.098,75)	28.332.534,87	
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>	<b>267.700.008,41</b>		

# GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ: 31.925.548/0001-76 – ANS: 309222

Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensuro seu instrumento financeiro conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao Valor Justo Através do Resultado: Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Sociedade gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Sociedade. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Sociedade são classificadas nessa categoria.
- Empréstimos e Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo, exceto: (a) aqueles que a entidade tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais devem ser classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade no reconhecimento inicial classifica como mensurado ao valor justo por meio do resultado; (b) aqueles que a entidade, no reconhecimento inicial, classifica como disponíveis para venda; ou (c) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente o seu investimento inicial, por outra razão que não a deterioração do crédito, os quais serão classificados como disponíveis para a venda. O ativo "contas a receber" da Sociedade é classificado nessa categoria. Em 31/12/2017, a classificação dos instrumentos financeiros pode ser resumida conforme a seguir:

Descrição	2017	2016
Disponibilidades	8.551.251,78	1.590.815,87
Aplicações Financeiras	319.517.519,23	238.722.907,63
Créditos de Planos de Saúde	68.605.125,28	45.733.115,32
<b>Total</b>	<b>396.673.896,29</b>	<b>286.046.838,82</b>

b) **Derivativos:** A Sociedade não efetuou em 2017 e 2016, aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

c) **Administração de Riscos:** O desempenho financeiro da Sociedade depende de sua habilidade em compreender e controlar eficazmente os riscos a que está sujeita no curso normal de seus negócios. Estes riscos incluem, principalmente, os riscos de liquidação, da taxa de juros, de crédito, financeiro e de variação cambial. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias de riscos definidas pela Administração da Sociedade.

**20. Limites Operacionais e Garantias Financeiras:** As Operadoras de Planos de Assistência à Saúde (OPS) estão sujeitas à constituição de certas garantias, de acordo com o determinado na RN 209 de 22/12/2009, estabelecendo novas regras sobre a constituição de provisões técnicas.

a) **Patrimônio Mínimo Ajustado:** O PMA é superior ao Capital base de R\$8.145 mil, multiplicado pelo fator K, que equivale a R\$682 mil, o qual depende da região de comercialização e do segmento da operadora e a operadora possui R\$147.528 mil.

b) **Margem de Solvência:** Manter o patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas nos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. O prazo máximo permitido para adequação é de 10 anos, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima de 63,14% em dezembro de 2017. A Sociedade já atende esta determinação. A margem de solvência, requerida por esta regra é de R\$146.233 mil.

c) **Ativos Garantidores e Lastro:** A Operadora possui Ativos Garantidores Vinculados e lastro em valores suficiente para fazer frente às suas necessidades conforme quadro abaixo em 2017 e 2016.

Garantias Financeiras	Mês: Dezembro/2017			
	Exigido	Atendido	Diferença	Situação
Patrimônio Mínimo	681.790,00	147.528.672,70	146.846.882,70	Suficiente
Margem de Solvência	146.233.074,32	147.528.672,70	1.295.598,38	Suficiente
Peona	48.142.084,96	48.142.084,96	-	Suficiente
Lastro	191.400.728,86	191.400.728,86	-	Suficiente
Ativos Garantidores	191.400.728,86	191.400.728,86	-	Suficiente

Garantias Financeiras	Mês: Dezembro/2016			
	Exigido	Atendido	Diferença	Situação
Patrimônio Mínimo	661.932,03	115.291.882,09	114.629.950,06	Suficiente
Margem de Solvência	100.010.302,28	115.291.882,09	15.281.579,82	Suficiente
Peona	37.476.986,21	37.476.986,21	-	Suficiente
Lastro	147.633.599,20	238.722.907,63	91.089.308,43	Suficiente
Ativos Garantidores	99.362.633,07	104.441.867,46	5.079.234,39	Suficiente

22. Conciliação do Fluxo de Caixa (método direto x método Indireto)		
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	32.390.597,60	33.926.645,19
Provisão para Perdas sobre Créditos	24.976.160,79	9.421.544,23
Depreciação	464.135,03	330.930,81
Amortização	98.399,17	62.177,48
Recuperação de Encargos e Despesas e não Avisados (peona)	2.987.363,71	(489.642,92)
Variação da Prov. de Eventos Ocorridos	10.665.098,75	(28.332.534,87)
Sistema Único de Saúde (SUS)	2.865.970,85	3.651.913,57
Provisão para Férias	1.002.497,12	569.594,76
Multas Pecuniárias ANS	(300.068,34)	8.069.706,33
Remissão	(29.460,47)	(68.631,88)
Provisão para ações judiciais	8.389.293,09	1.200.304,11
Ajustes ao resultado	51.119.389,70	(5.584.638,38)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>83.509.987,30</b>	<b>28.342.006,81</b>
Variação no ativo circulante	(123.015.508,62)	(99.041.893,77)
Variação no ativo não circulante	(7.308.327,13)	8.323.933,88
Variação no passivo circulante	44.420.266,54	30.110.511,32
Variação no passivo não circulante	9.775.345,36	24.876.772,92
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>7.381.763,45</b>	<b>(7.388.668,84)</b>
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.002.422,30)</b>	<b>574.335,16</b>
<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>		<b>(18.319,52)</b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b>6.379.341,15</b>	<b>(6.832.653,20)</b>

22. **Partes Relacionadas:** A Sociedade mantém operações relevantes de aquisição de serviços de assistência médica junto a entidades (hospitais, clínicas, etc.) de propriedade de seus sócios. Estas transações são realizadas nas mesmas condições de preço e prazos daquelas realizadas com as demais entidades de assistência médica prestadora de serviços à Sociedade.

23. **Seguros:** A Sociedade mantém seguros de responsabilidade civil, relativo a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos elementares, sendo a cobertura contratada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Manoel Gomes Pacheco Junior  
Diretor Financeiro - Superintendente Geral Interino

Asta – Assessoria Técnica Atuarial  
MIBA 20

Vanderlei Mingozi Lopes  
Contador - CRC-RJ 023106/O-2

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Quotistas da OPS GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. A Agência Nacional de Saúde Suplementar através da RN 209, de 22 de dezembro de 2009, estabeleceu os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos de assistência à saúde. Atendendo ao disposto na referida Resolução Normativa, o GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA. possui ativos que garantem e lastreiam a integralidade das suas provisões decorrentes de sua operação, bem como os Recursos Próprios Mínimos para o período encerrado em 31 de dezembro de 2017. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 13 de março de 2018. AUDITÓR - Auditores Independentes S/C. - CRC-RJ nº 3.058/O; Augusto Cesar Carvalho Pimentel - Contador Responsável - CRC-RJ nº 080.766/O.